

**ATO Nº 021/2015**

*Aprova Relatório de Gestão Fiscal do  
Ministério Público do Estado do Tocantins.*

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 51/2008, de 02 de janeiro de 2008,

**Considerando** as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

**Considerando**, ainda, os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade;

**RESOLVE :**

**Art. 1º** Aprovar, na forma dos anexos deste Ato, os demonstrativos relativos ao Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre de 2014 desta Procuradoria-Geral de Justiça.

**Art. 2º** Disponibilizar o referido Relatório, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000, no Diário Oficial do Estado do Tocantins e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, na página eletrônica da Internet, link seguinte: <http://mpto.mp.br/web/transparencia/#page>

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 28 de janeiro de 2015.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça



ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

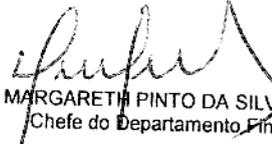
LRJ, art. 48 - Anexo 7

| DESPESA COM PESSOAL  |  | VALOR  | % SOBRE A RCL  |
|--|--|--|--|
| Despesa Total com Pessoal - DTP  |  |  |  |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>                               |  | 99.218.849,63  | 1,61%  |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>                               |  | 121.429.005,89   | 2%   |
|  |  | 115.357.555,60   | 1,90%  |
| DÍVIDA CONSOLIDADA   |  | VALOR  | % SOBRE A RCL  |
| Dívida Consolidada Líquida   |  |  |  |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |  |  |  |
| GARANTIAS DE VALORES   |  | VALOR  | % SOBRE A RCL  |
| Total das Garantias Concedidas   |  |  |  |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |  |  |  |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO   |  | VALOR  | % SOBRE A RCL  |
| Operações de Crédito Internas e Externas   |  |  |  |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita  |  |  |  |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas        |  |  |  |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita |  |  |  |
| RESTOS A PAGAR   |  | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total  |  | 1.842.757,97   | 5.785.227,19   |

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 20/01/2015 e hora de emissão 16:11

  
CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

  
EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
Chefe da controladoria interna

  
MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

  
LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC-TO 0002749/0-0



ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS                                    | RESTOS A PAGAR           |              |                             |              | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA) |
|---|--------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|--|--|
|   | Liquidados e Não Pagos   |              | Empenhados e Não Liquidados |              |  |  |
|   | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | De Exercícios Anteriores    | Do Exercício |  |  |
| 0240  |                          | 9.909,06     |                             | 121.006,38   | 295.586,54   |  |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)                         |                          | 9.909,06     |                             | 121.006,38   | 295.586,54   |  |
| 0100  | 105,82                   | 9.246.389,76 |                             | 1.721.751,59 | 5.489.640,95   |  |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)                    | 105,82                   | 9.246.389,76 | 0,00                        | 1.721.751,59 | 5.489.640,95   |  |
| TOTAL (III) = (I + II)                                    | 105,82                   | 9.256.298,82 | 0,00                        | 1.842.757,97 | 5.785.227,49   | 0,00   |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup> |                          |              |                             |              |  |  |

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup>  
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 20/01/2015 e hora de emissão 16:11  
Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

  
CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

  
MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

  
EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
Chefe da controladoria interna

  
LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC-TO 0002749/0-0



ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

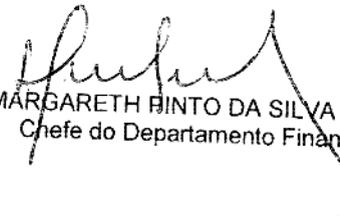
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS  | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA |
|---|--------------------------------|------------------------|----------------------------------|
|   | (a)                            | (b)                    | (c) = (a - b)                    |
| 0240  | 305.495,60                     | 9.909,06               | 295.586,54                       |
| <b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>                        | <b>305.495,60</b>              | <b>9.909,06</b>        | <b>295.586,54</b>                |
| 0100  | 14.736.136,53                  | 9.246.495,58           | 5.489.640,95                     |
| <b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>                   | <b>14.736.136,53</b>           | <b>9.246.495,58</b>    | <b>5.489.640,95</b>              |
| <b>TOTAL (III) = (I + II)</b>                                   | <b>15.041.632,13</b>           | <b>9.256.404,64</b>    | <b>5.785.227,49</b>              |
| <b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b> |                                |                        |                                  |

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 20/01/2015 e hora de emissão 16:11

  
CLELAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

  
MARGARETH BINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

  
EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
Chefe da controladoria interna

  
LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC-TO 0002749/0-0



ESTADO DO TOCANTINS  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

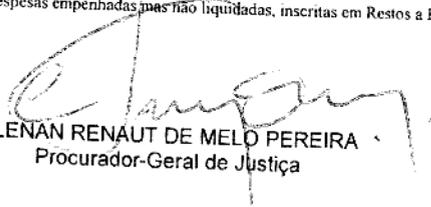
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |   |
|---|---|---|
|   | LIQUIDADAS<br>(a)                         | INSCRITAS EM<br>RESTOS A PAGAR<br>NÃO<br>PROCESSADOS<br>(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   |   |   |
| Pessoal Ativo   | 105.211.228,52                            | 0,00  |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 105.211.228,52                            |   |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)         |   |   |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   |   |   |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária  | 5.992.378,89                              | 0,00  |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração                                    |   |   |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração                                  |   |   |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 5.992.378,89                              |   |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  |   |   |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)  | 99.218.849,63                             | 0,00  |
|   | 99.218.849,63                             |   |
| <b>AFURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>  |   |   |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)  | <b>VALOR</b>                              |   |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100                                    | 6.071.450.294,61                          |   |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%  | 1,63                                      |   |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%   | 121.429.005,89                            |   |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,80%  | 115.357.555,60                            |   |
| FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 20/01/2015 e hora de emissão 16:11 | 109.286.105,30                            |   |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

  
 CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
 Procurador-Geral de Justiça

  
 MARGARETH RINTO DA SILVA COSTA  
 Chefe do Departamento Financeiro

  
 EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
 Chefe da Controladoria Interna

  
 LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
 Contador CRC-TO 0002749/0-0